União Europeia

a folha

Boletim da língua portuguesa
nas instituições europeias

N.º	
80	Primavera de 2026

a folha

O boletim da língua portuguesa nas instituições europeias reúne contributos de natureza vária que têm como ênfase as dificuldades com que se veem confrontados os autores ou tradutores de textos em português e as soluções propostas para as superar. Procura-se estudar, desenvolver e divulgar a língua portuguesa sem prejuízo das normas redigidas pelas instituições a que pertence o boletim.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.
A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação:
Ana Luísa Faria (Conselho); Nelson Loureiro (Comissão); Victor Macedo (CESE-CR); José António Mesquita (PE); António Raúl Reis (Serviço das Publicações); Pedro Ribeiro (Comissão)

Grupo de apoio:
Sérgio Ferreira Cardoso (Comissão); Álvaro Carvalho (Comissão); Paulo Correia; Susana Gonçalves (Comissão); Manuel Leal; Joana Seixas (CESE-CR); Daniela Ramalho da Silva (PE)

Paginação:
Susana Gonçalves (Comissão)

Correspondência e assinaturas:
dgt-folha@ec.europa.eu

Edição eletrónica:
https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/pt/

ISSN 1830-7809
N.º catálogo HC-01-26-005-PT-N

© União Europeia, 2026

Salvo indicação em contrário, a reutilização dos conteúdos deste boletim é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), o que significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, pode ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos.

Índice

40 ANOS DE PORTUGUÊS E ESPANHOL NA UNIÃO EUROPEIA — *Carolina Ramos Neves* 2
CONTEXTOS E PERSPETIVAS PESSOAIS DE 40 ANOS DO PORTUGUÊS NA UE — *Paulo Correia* 5
CELEBRACIÓN DE LOS 40 AÑOS DEL ESPAÑOL EN LA UE — *Luis González* 10
UM APARTE À PARTE (XXII) — *Jorge Madeira Mendes* 17
AINDA A PROPÓSITO DO TERMO «*IMPEACHMENT*» — *Philippe Magnan Gariso* 18
ARTEMÍSIA — *Jorge Madeira Mendes* 21
CAPITAIS EXÓTICAS — *Jorge Madeira Mendes* 22
CAPITALINOS EUROPEUS — *Paulo Correia; Ana Cabral* 25

AVISO AOS LEITORES

A partir do n.º 77 — primavera de 2025, «a folha» passou a estar alojada no portal do Serviço das Publicações da União Europeia, na página Web do boletim, com acesso a todos os números publicados. Esta mudança trouxe consigo algumas novidades gráficas, para as quais contámos com a ajuda da Unidade de Comunicação da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, a quem agradecemos a colaboração de longa data. Também gostaríamos de agradecer ao Serviço das Publicações da União Europeia a disponibilidade para acolher o nosso boletim.

40 anos de português e espanhol na União Europeia

Carolina Ramos Neves
Estagiária — Parlamento Europeu

As boas-vindas ao português e ao espanhol

A 29 de janeiro de 2026, no Auditório Konrad Adenauer, no Luxemburgo, e também em linha, como convém a uma Europa híbrida e multilingue, celebrou-se algo que ultrapassa largamente a simples efeméride política: os quarenta anos do português e do espanhol como línguas oficiais da União Europeia. Sob o título *Ecos da Península Ibérica na UE*, a conferência propôs-se refletir sobre o caminho percorrido desde 1986, procurando perceber de que forma estas quatro décadas transformaram a Europa e, simultaneamente, como a própria integração europeia contribuiu para redefinir o lugar destas línguas no espaço político e cultural comum.

A sessão de abertura, conduzida pelas chefes das unidades de tradução portuguesa e espanhola do Parlamento Europeu, Helena Costa Nunes e Ewa Sinclair, respetivamente, delineou desde logo o enquadramento simbólico do encontro ao recordar que somos europeus na língua, na cultura e na história. Ao longo de toda a conferência, a interpretação disponibilizada em português, espanhol e inglês tornou visível aquilo que tantas vezes permanece invisível no quotidiano institucional, ou seja: o multilinguismo é a estrutura que sustenta a participação, o diálogo e a igualdade entre cidadãos provenientes de realidades distintas.

O diretor-geral da Direção-Geral da Tradução e da Linguagem Clara do Parlamento Europeu, Valter Mavrič, recordou que o português e o espanhol chegaram às instituições europeias com uma enorme herança histórica que recua vários séculos em relação à própria ideia de construção europeia. São línguas que construíram pontes entre continentes, que ligaram a Europa à América Latina, a África e a outros espaços atlânticos muito antes de existirem tratados comunitários. Ao serem adotadas como línguas oficiais da então Comunidade Europeia, passaram a fazer parte formalmente do funcionamento das instituições e adquiriram um reconhecimento que permitiu a milhões de cidadãos acompanhar e participar no projeto europeu por via da sua língua materna, algo que por si só reforça a legitimidade democrática do processo de integração.

A tradução nas instituições abre caminho à formação de novas alianças

A evocação dos primeiros tempos da tradução institucional trouxe uma dimensão particularmente humana à celebração. Num vídeo com tradutores pioneiros, reformados e em funções, revisitaram-se os processos manuais, as pilhas de documentos e o edifício Schuman como cenário de uma Europa ainda em construção. Entre memórias e sorrisos, recordaram-se os tubos que transportavam os textos de um serviço para outro, símbolo quase artesanal de uma engrenagem que começava a ganhar forma. Nestes breves minutos de vídeo, ficou a consciência de que a tradução sempre foi condição de transparência e que a transparência é condição de cidadania.

O primeiro painel, moderado pela jornalista da RTP Fernanda Gabriel, contou com a participação de deputados ao Parlamento Europeu (Antonio López-Istúriz White, César Luena, Ana Catarina Mendes e Lídia Pereira) e linguistas (Antonio Moreno Juste e Marco Neves), e centrou-se na dimensão histórica e política destes quarenta anos. A adesão ibérica foi descrita como um momento decisivo para a consolidação democrática de Portugal e Espanha, mas também como uma transformação qualitativa para a própria Europa, que passou a incorporar de forma mais clara a dimensão sul e atlântica, estratégica, do continente. A introdução de duas línguas faladas em quatro continentes alterou a geografia simbólica da União e reforçou e estruturou a sua ligação à América Latina e à África. Esta inclusão ampliou, também, o alcance diplomático, cultural e estratégico do projeto europeu, aspeto que se revela de particular importância na conjuntura atual de formação de novas alianças.

As línguas são uma expressão de força

Essa reconfiguração moldou também a visão que os portugueses e espanhóis passaram a ter das suas próprias línguas. A integração europeia, conjugada com a maturidade democrática e o abandono de narrativas identitárias excessivamente fechadas, permitiu desmontar a ideia de monolinguismo homogéneo que durante décadas marcou o imaginário coletivo. As línguas revelaram-se, uma vez mais, entidades dinâmicas que vivem do contacto e da permeabilidade, influenciando-se mutuamente e cruzando fronteiras com naturalidade. Basta atravessar a raia para perceber que essa convivência não é teórica: em Badajoz, como referiu o professor Marco Neves, pode pedir-se uma *bica* sem soar demasiado estranho, discreto sinal de que as fronteiras políticas raramente coincidem com as fronteiras linguísticas. Este carácter dinâmico revela-se ainda nas variantes linguísticas e nos crioulos, entendidos não como concorrentes, mas como testemunhos vivos da história partilhada e da capacidade de adaptação das línguas ao longo do tempo.

Quando regressou à utilização concreta das línguas nas instituições, o debate revelou-se profundamente político. Como referido pela deputada Lídia Pereira, falar português, ou espanhol, claro, no plenário do Parlamento Europeu constitui uma afirmação de igualdade e de pertença. A integração europeia só se concretiza quando cada cidadão pode compreender, avaliar e pôr em causa as decisões que o afetam na sua própria língua, numa União que começou como projeto económico, evoluiu para projeto político e assume hoje uma dimensão cultural incontornável.

Que lugar ocupam os jovens na UE?

Na segunda parte da conferência, moderada pela jornalista e produtora da Euronews Amaia Echevarria e que contou com a participação de Alexandre Abrantes Neves (jornalista e moderador do *podcast* «Isto não é só Europa»), Vasco Galhardo Simões (presidente da associação «Eu Voto»), Andrea González Henry (presidente do Conselho da Juventude de Espanha) e Álex Herrero Manrique (consultor linguístico e editor), o foco recaiu sobre a nova geração, tendo assumido um tom mais direto e, por vezes, mais crítico. A ideia de que os jovens seriam indiferentes ou hostis ao projeto europeu foi claramente contrariada, sublinhando-se que o problema reside menos na falta de interesse e mais na distância criada por uma linguagem excessivamente técnica e hermética. Os jovens não são *anti-Europa*; são, muitas vezes, *anti-incompreensibilidade*.

Um dado partilhado durante o debate ilustrou essa distância com particular eficácia: na legislatura anterior do Parlamento Europeu havia apenas seis deputados com menos de 30 anos, número idêntico ao de deputados chamados Martin. A coincidência arrancou, naturalmente, sorrisos, mas expôs, na perspetiva dos jovens participantes, uma questão séria de representação geracional, convidando a refletir sobre acesso, linguagem e sentimento de pertença.

A linguagem clara é essencial para a participação democrática

A crítica dirigiu-se sobretudo ao *eurojargão*, à linguagem tecnocrática e ao chamado *euroleto*, isto é, ao conjunto de termos e expressões que circulam quase exclusivamente dentro das instituições e que, ao tornarem-se opacos para o público em geral, reforçam a perceção de afastamento. Traduzir documentos para várias línguas é condição necessária, mas não suficiente; é igualmente essencial explicitar e contextualizar as decisões, abrindo a porta a uma participação concreta e relevante.

A participação nasce quando a Europa, além de um conceito, é presença na vida quotidiana. Iniciativas cívicas, projetos associativos e novos formatos digitais mostram que há vontade de envolvimento. Portanto, o desafio não é convencer os jovens a gostar do projeto europeu, mas sim garantir que a União Europeia os ouve com atenção e se lhes dirige com clareza.

A discussão assumiu, em vários momentos, uma dimensão ética ao abordar a importância de nomear a realidade com precisão e responsabilidade. A linguagem molda o debate político e influencia a perceção que os cidadãos têm dos acontecimentos; por isso, o recurso sistemático a eufemismos ou ambiguidades

pode fragilizar a qualidade democrática. Tornar acessível, neste contexto, significa esclarecer sem empobrecer, exigindo conhecimento e rigor.

Ver o futuro na perspetiva das línguas

Por fim, refletiu-se sobre o futuro das línguas num contexto cada vez mais digital, marcado pelo desenvolvimento da inteligência artificial. Reconheceu-se o potencial das ferramentas tecnológicas para apoiar a tradução e ampliar o acesso à informação, mas também se salientou que nenhuma tecnologia substitui a sensibilidade humana, o julgamento contextual e a responsabilidade inerente ao uso da palavra. As línguas evoluem porque as sociedades evoluem, e é nessa capacidade de adaptação que reside a sua vitalidade.

Quarenta anos após a adesão ibérica, a conclusão não foi unicamente comemorativa e nostálgica, mas revelou-se, sobretudo, consciente da complexidade do percurso realizado. A Europa não avança apesar das suas línguas, nem apesar da sua diversidade; avança precisamente através delas, reconhecendo na pluralidade linguística uma condição estruturante da sua própria identidade e da sua ambição democrática. E, se tudo correr bem, continuará a fazê-lo, em português, em espanhol e em muitas outras vozes que compõem este coro imperfeito, mas extraordinariamente vivo, que é a União Europeia.

carolina.ramosneves@europarl.europa.eu

Contextos e perspetivas pessoais de 40 anos do português na UE

Paulo Correia
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[A versão inglesa deste texto, obtida por tradução automática *eTranslation* e sujeita a atenta revisão, foi apresentada na conferência *Celebrating 40 years of Spanish and Portuguese in the EU*, organizada pela Direção-Geral da Tradução, em Bruxelas e no Luxemburgo, a 16 de abril de 2026.]

A entrada de Portugal e Espanha nas Comunidades Europeias em 1986 trouxe o português e o espanhol para a arquitetura do que é agora a União Europeia.

Quando, em 12 de junho de 1985, assinou o tratado de adesão às então Comunidades Europeias[1], Portugal fê-lo nas versões portuguesa e francesa[2], sendo o francês a língua veicular mais utilizada à época nas instituições europeias. Aliás, se estivéssemos hoje aqui em 1996 a celebrar o décimo aniversário, a língua veicular desta conferência seria muito provavelmente ainda o francês. Hoje, em 2026, é o inglês.

As línguas veiculares utilizadas pelos funcionários e agentes podem variar ao longo do tempo, mas as línguas oficiais mantêm-se, pois são elas as efetivamente utilizadas no dia a dia pelos cidadãos e pelas administrações nacionais. Verter para as línguas oficiais a legislação, documentos preparatórios de discussão e outros documentos de carácter geral — é esse o trabalho fundamental da DGT e dos serviços linguísticos das restantes instituições europeias.

Vivendo fora da «bolha» das instituições de Bruxelas e do Luxemburgo, apercebemo-nos melhor da importância deste trabalho anónimo dos serviços linguísticos para a **coesão da UE**.

É esse trabalho, que linguistas portugueses e espanhóis estão a fazer continuamente, no quadro do **Regulamento n.º 1**[3], há mais de 40 anos, se contarmos os anos da pré-adesão em que se fez a tradução do acervo (edição especial do Jornal Oficial).

Nunca é de mais recordar que, do ponto de vista legal, uma vez publicadas no Jornal Oficial, todas as versões linguísticas dos atos são autênticas. **Não há originais nem traduções**.

O recrutamento das primeiras levas de linguistas portugueses e espanhóis fez-se numa época de crise e transição económica na península Ibérica, o que alargou a base de recrutamento de linguistas também a profissionais de áreas técnicas com sólidos conhecimentos linguísticos, como médicos, engenheiros, biólogos, economistas, etc., que se vieram juntar a linguistas de formação e a juristas.

Num tempo em que ainda não havia teletrabalho, o tradutor podia sempre ir ao fundo do corredor discutir dúvidas com colegas mais especializados em determinadas matérias. Dispúnhamos, assim, de verdadeiros ChatGPT humanos. Era também uma época em que não existia a Internet e em que a pesquisa terminológica se fazia muitas vezes com recurso às Páginas Amarelas ou aos catálogos Brico/Aki.

---

[1] Tratado (assinado no dia 12 de junho de 1985) entre o Reino da Bélgica, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, a República Helénica, a República Francesa, a Irlanda, a República Italiana, o Grão-Ducado do Luxemburgo, o Reino dos Países Baixos, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte (Estados-Membros das Comunidades Europeias) e o Reino de Espanha e a República Portuguesa, relativo à adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa à Comunidade Económica Europeia e à Comunidade Europeia da Energia Atómica, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:11985I/TXT&from=PT.

[2] *RTP arquivos*, «Cerimónia de adesão de Portugal à CEE», 12.6.1985, https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cerimonia-de-adesao-de-portugal-a-cee/.

[3] Regulamento n.º 1 que estabelece o regime linguístico da Comunidade Económica Europeia (versão consolidada, 1.7.2013, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&from=PT.

Atualmente, com as **mudanças de tecnologia**, as ferramentas de tradução assistida por computador tiveram impacto no trabalho diário do tradutor, profissional solitário por natureza e **cada vez mais isolado**. A perda de contacto físico com o documento deixa o tradutor isolado já não perante páginas, mas perante simples **segmentos** a validar, a modificar, a corrigir as sugestões da tradução automática ou a traduzir.

A proximidade geracional, linguística e cultural une desde o início os linguistas portugueses e espanhóis. Era/é comum ir espreitar a tradução do outro colega ibérico em busca de inspiração para a tradução ou para a resolução de um problema terminológico. Afinal de contas há uma proximidade lexical de cerca de 90% entre as duas línguas.

Alguns ainda se lembrarão da *Sangria*, ferramenta informática dos primórdios que permitia a conversão de textos entre as duas línguas ibéricas. Ou da «Lista de falsos amigos português-espanhol, *español-portugués*»[4], por nós compilada, que chegou a ser o conteúdo mais consultado da DGT na Internet.

Esse diálogo ibérico teve campo fértil na terminologia, durante muito tempo uma grande unidade multilingue e transardenesa, onde, de forma natural e espontânea, portugueses e espanhóis sempre trabalharam de forma muito próxima e praticando ativamente a **intercompreensão linguística**. Uma coisa é certa, a intercompreensão ibérica é sempre mais fácil quando os portugueses falam devagar, articulando bem todas as sílabas e vogais.

Novo contexto linguístico na UE

Com a adesão dos países nórdicos, em 1995, acentuada depois pelo grande alargamento a leste, em 2004, verificou-se uma alteração fundamental na língua em que os documentos originais eram escritos, com a progressiva passagem do francês para o inglês. Assistimos ao enfraquecimento da diversidade linguística nas instituições e à aproximação à **anglosfera**, mesmo sem o Reino Unido.

Se, para o cidadão europeu, é irrelevante a língua veicular em que funcionam as instituições (é esse o nosso trabalho), para os tradutores a questão é diferente, requerendo uma atenção permanente para manter coerência terminológica na legislação e noutros textos, sem criar ruído com criação de sinónimos desnecessários por decalque da veicular do momento.

A busca de terminologia técnica pode também ser desafiante numa Europa em que o programa Erasmus tem, involuntariamente, levado a um aumento gradual de cursos técnicos ministrados em inglês. As carências resultantes na difusão científica em português e espanhol concorrem para uma tendência para a perda de domínios nestas línguas.

No entanto, a existência de uma retaguarda de mais de 700 milhões de falantes nativos de português e espanhol encoraja a **resistência terminológica** nas línguas ibéricas. Por exemplo, na América Latina e na África lusófona há indústrias que nunca existiram ou já desapareceram na península Ibérica, o que permite um campo de pesquisa de terminologia que de outra forma seria mais difícil. Na América Latina há igualmente grandes universidades em língua espanhola e portuguesa.

Poderá mesmo dizer-se que foi essa resistência terminológica que animou a criação e manutenção dos ativos e longevos boletins das línguas portuguesa e espanhola nas instituições europeias, **«a folha»**[5] e o ***puntoycoma***[6], apostados em discutir terminologia, tradução e a língua em geral nas instituições europeias.

---

[4] Vários, «Lista de falsos amigos português-espanhol, español-portugués», «a folha», n.º 47 — primavera de 2015, Suplemento, https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/documents/afolha_047-S_pt.pdf.
[5] «a folha», Serviço das Publicações da União Europeia, https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/pt.
[6] *puntoycoma*, Serviço das Publicações da União Europeia, https://op.europa.eu/webpub/dgt/puntoycoma/es/.

O que ganharam o português e o espanhol?

Olhando para esses 40 e tal anos, podemos orgulhar-nos do trabalho levado a cabo — não só as traduções realizadas, como também os recursos linguísticos desenvolvidos, particularmente em português e espanhol. Acompanhando os tempos, fomos desenvolvendo e, conforme a informática e a Internet possibilitavam, partilhando estes recursos linguísticos com as administrações nacionais, as universidades e os cidadãos.

A base de legislação **EUR-Lex**[7], sucessora do CELEX, disponibiliza o acesso à legislação europeia, com visualização paralela bilingue ou trilingue. A base terminológica **IATE**[8], sucessora do Eurodicautom e de outras bases, disponibiliza aos cidadãos europeus, e não só, terminologia multilingue. Há igualmente o **eTranslation**[9], um serviço de tradução automática neuronal gratuito para as administrações públicas e as universidades. E no futuro, todos estes dados multilingues serão incluídos no modelo de linguagem de grande escala (LLM) da UE para melhorar serviços multilingues baseados na inteligência artificial.

O acumular de recursos linguísticos criados nas instituições europeias nas 24 línguas oficiais e a sua disponibilização de forma paralela na Internet não passaram despercebidos aos agentes económicos. O endereço **europa.eu** é vasculhado e **indexado** exaustivamente pelo Google[10], para citar apenas um motor de pesquisa[11]. Só isso explica também que os trabalhos terminológicos publicados na IATE, nos códigos de redação interinstitucionais ou n'**«a folha»** e no ***puntoycoma***, mesmo estando em níveis bastante profundos, sejam diretamente pesquisáveis por qualquer cibernauta ou robô. Um reflexo disso está na Wikipédia ou mesmo nos dicionários publicados.

Alguns exemplos portugueses:

O trabalho desenvolvido no Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP) no ***Código de Redação Interinstitucional***, sobretudo na manutenção do anexo A5 — Lista dos Estados, territórios e moedas[12] — tem tido um forte impacto no exterior. Prova disso são as frequentes consultas aos serviços linguísticos das instituições europeias aquando da elaboração do *Vocabulário Ortográfico do Português*[13], do Portal da Língua Portuguesa, e do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*[14], da CPLP, e durante todo o processo de preparação para a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990.

Um exemplo a todos os títulos notável é o impacto que teve *Os Nomes Portugueses das Aves de Todo o Mundo — projeto de nomenclatura*[15], publicado como separata d'«a folha». Esse trabalho do nosso colega Paulo Paixão, com os nomes comuns em português das cerca de 11 000 espécies de aves, foi totalmente integrado em três dicionários eletrónicos de língua portuguesa: Porto Editora, Priberam e Estraviz.

---

(7) União Europeia, *EUR-Lex — Acesso ao direito da União Europeia*, https://eur-lex.europa.eu/homepage.html?locale=pt.
(8) União Europeia, *IATE — Terminologia Interativa para a Europa*, https://iate.europa.eu/home.
(9) Comissão Europeia, «Serviços multilingues baseados em IA: eTranslation», https://language-tools.ec.europa.eu/?lang=pt.
(10) Google, https://www.google.com/?hl=pt.
(11) **Alerta:** a recente mudança de endereço d'«a folha» e do *puntoycoma* de ec.europa.eu (Comissão Europeia) para op.europa.eu (Serviço de Publicações) parece ter acarretado uma menor exaustividade na indexação de conteúdos por parte do Google, o que poderá prejudicar, no futuro, a divulgação dos trabalhos publicados. Situação a acompanhar.
Exemplo: O que antes seria https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha80_pt.pdf passa a ser https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/documents/afolha_080_pt.pdf.
(12) Serviço de Publicações, *Código de Redação Interinstitucional: Anexo 5 — Lista dos Estados, territórios e moedas*, https://style-guide.europa.eu/pt/content/-/isg/topic?identifier=annex-a5-list-countries-territories-currencies.
(13) *Portal da Língua Portuguesa: Vocabulário Ortográfico do Português*, https://www.portaldalinguaportuguesa.org/vop.html.
(14) *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*, https://voc.cplp.org/.
(15) Paixão, P., *Os Nomes Portugueses das Aves de Todo o Mundo: Projeto de Nomenclatura*, 2.ª ed., «a folha», n.º 66 — verão de 2021, Suplemento n.º 1, https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/documents/afolha_066-S_pt.pdf.

O trabalho linguístico nas instituições europeias requer frequentemente a criação de novos termos. Esse trabalho teve mesmo eco no Pórtico da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, por exemplo no referente aos nomes definitivos dos elementos químicos nipónio, moscóvio, tenesso e oganésson[16].

No entanto, esse trabalho de promoção da língua portuguesa, muitas vezes em ligação com as entidades relevantes em Portugal, nem sempre é bem-sucedido. No início havia que justificar quando a opção era não traduzir um termo, agora acontece termos de nos justificar perante alguns peritos nacionais por havermos traduzido um termo inglês ou mesmo por havermos usado uma ortografia portuguesa[17].

Um caso revelador: a versão portuguesa do Tratado de Lisboa saiu com a ortografia portuguesa Eurossistema[18], com ss. Porém, as autoridades portuguesas solicitaram em ata de retificação a alteração para *Eurosistema*, com um só s, como no nome inglês[19].

O que pode ganhar a UE?

Para além de manter o regime linguístico atual, o que poderia ser feito para que as instituições europeias pudessem tirar maior partido do potencial de terem o português e o espanhol na UE? A produção de mais informação de qualidade sobre as políticas da UE nessas duas línguas poderia ajudar.

O espanhol e o português são duas das quatro línguas de escala mundial da UE, que se vieram acrescentar ao francês e ao inglês. O **espanhol** tem mesmo mais falantes nativos do que o inglês, e o **português** é a língua com mais falantes nativos no hemisfério sul. Juntos representam uma enorme comunidade com importantes instituições culturais e têm uma forte presença na Internet, nomeadamente nas redes sociais, refletindo uma vibrante cultura popular. Aliás, o acordo com o **MERCOSUL** irá pôr a UE em contacto com um mercado gigante de mais de 200 milhões de falantes de português e de várias dezenas de milhões de falantes de espanhol.

E **Macau**, onde o *Boletim Oficial* é publicado paralelamente em português e em chinês, oferece mais uma porta de acesso à língua com maior número de falantes nativos, que é também a língua em que se registam mais patentes no mundo.

Sabemos que os motivos são frequentemente a falta de recursos, mas para o público poderá ser difícil entender que, à exceção da legislação, qualquer tentativa de aceder à informação europeia noutra língua que não o inglês é parcelar, descontínua e por vezes exclusivamente dependente da tradução automática[20]. Por essa razão, os europeus não anglófonos — aliás, a esmagadora maioria dos europeus — apenas têm acesso nas suas línguas a uma ideia geral do que as instituições andam a fazer. Uma ideia geral (*gist*), e apenas uma ideia geral, é o que o Instituto Europeu de Patentes (IEP) admite que a sua ferramenta de tradução automática *Patent Translate* oferece a quem quiser espreitar o conteúdo das

---

[16] Pórtico da Língua Portuguesa, *Nipónio, moscóvio, tenesso e oganésson*, 7.12.2016, https://www.porticodalinguaportuguesa.pt/index.php/component/zoo/item/niponio-moscovio-tenesso-e-oganesson?category_id=51.

[17] «We are translating, not reproducing English terminology. Portuguese readers wishing to learn the English terminology only have to consult the English version of the act» — Jorge Madeira Mendes (antigo coordenador linguístico do antigo departamento da língua portuguesa da Direção-Geral da Tradução).

[18] Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de dezembro de 2007, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXT&from=PT.

[19] Ata de Retificação do Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de dezembro de 2007, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:12007L/TXTR(04)&from=PT.

[20] Exemplo: Comissão Europeia, *Languages in the EU – why multilingualism matters*, https://translation.ec.europa.eu/languages-eu-why-multilingualism-matters_en.
As versões portuguesa e espanhola são disponibilizadas através do serviço eTranslation, o serviço de tradução automática da Comissão Europeia:
https://translation.ec.europa.eu/languages-eu-why-multilingualism-matters_en?prefLang=pt,
https://translation.ec.europa.eu/languages-eu-why-multilingualism-matters_en?prefLang=es.

patentes chinesas[21].

Acima de todas as mudanças no ambiente da tradução, uma constante mantém-se: o papel central dos **serviços linguísticos** na garantia de que uma informação de alta qualidade possa chegar ao cidadão na sua língua, garantindo o pleno **exercício da democracia** na Europa durante os próximos 40 anos.

correiapms@gmail.com



[21] «! Please note that the translations provided by *Patent Translate* are not legally binding. They are intended to give you the gist of a patent or patent-related document, and to help you determine whether it is relevant.», https://pt.espacenet.com/help?locale=pt_PT&method=handleHelpTopic&topic=translation.

Celebración de los 40 años del español en la UE

Luis González
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

[A versão inglesa deste texto foi apresentada na conferência *Celebrating 40 years of Spanish and Portuguese in the EU*, organizada pela Direção-Geral da Tradução, em Bruxelas e no Luxemburgo, a 16 de abril de 2026.
Excecionalmente, este artigo é publicado em espanhol, como forma de celebração dos 40 anos da entrada tanto do português como do espanhol na família das línguas oficiais da UE.]

1. Un nuevo marco laboral y vital

Los traductores españoles y portugueses que nos incorporamos a la Comisión a partir del año 1986, en el entonces llamado Servicio de Traducción, tuvimos que hacer frente a muchas novedades, aunque quizás no tanto en lo que respecta a la tecnología usada por la institución en aquellos momentos. Este fue el *kit* de bienvenida con el que se nos recibió:



© GettyImages



©[1]

Y esta era la herramienta más sofisticada con la que contaba nuestro servicio:



© GettyImages

[1] Comissão Europeia, Direção-Geral da Comunicação, *Translation at the European Commission — A history*, Serviço das Publicações da União Europeia, 2021, https://data.europa.eu/doi/10.2782/898949.

Muchos de nosotros llegamos ya preparados para lo que ya se anunciaba como la era de las TIC. Este es, por ejemplo, un modelo de ordenador personal similar al Amstrad 386 con el que yo llegué a Luxemburgo:



© GettyImages

En el ámbito tecnológico el Servicio de Traducción no estaba precisamente en la vanguardia, pero todo lo demás sí era nuevo, sobre todo para alguien como yo, que no había trabajado nunca en una oficina (ni había pensado en hacerlo hasta entonces) y solo tenía un poco de experiencia como docente.

2. Un horizonte formativo

Los más jóvenes, que fuimos contratados con el empleo de traductor adjunto (LA8 en aquella época), tuvimos un proceso de formación acelerada y sobre el terreno, aprendiendo de los compañeros con mayor experiencia en un sistema muy flexible de mentorías, que en la práctica se aplicaba a través de la «revisión pedagógica» sobre textos reales, pedidos por un *demandeur* concreto y con un plazo de entrega.

Aprovecho esta ocasión para agradecer el interés y la paciencia de mi compañera Isabel Heimann, que fue una revisora muy atenta, o de Natalia Soria, de cuyas relecturas también aprendí mucho. De la experiencia y del buen criterio de mis primeros jefes en Luxemburgo aprendí muchísimo en mis comienzos como traductor: en primer lugar, Charo Timmermans y luego, Paco de Vicente Más adelante, ya en Bruselas y en mi época en la unidad de Terminología, aprendí mucho de Agustín Jiménez, en interesantísimas conversaciones sobre lengua y terminología. Además del aprendizaje directo de los compañeros, la oferta de cursos propuestos por la institución era amplísima y no se limitaba a los cursos de idiomas, pues se nos proponían visitas formativas a medida, como la que hicimos a una mina para ayudarnos a poner un contexto a nuestras traducciones para la Comunidad Europea del Carbón y del Acero.

La mayor parte de nosotros teníamos formación en Filología o en otras carreras de Letras y Humanidades (a falta de una titulación específica en traducción), pero afortunadamente contábamos también con compañeros que, además de la cualificación lingüística o de su experiencia como traductores, estaban especializados en áreas como el Derecho, la Economía, y también en otros ámbitos científicos y técnicos (Medicina, Química, Física, etc.).

Los primeros meses de trabajo fueron intensivos y con mucha presión. Estábamos en un entorno nuevo y el volumen de trabajo era muy alto, sobre todo porque la traducción de las licitaciones, que se hacía exclusivamente en Luxemburgo, aún no se había automatizado. Las jornadas eran interminables. No es de extrañar que, en mis seis primeros meses en Luxemburgo, engordara 12 kilos debido al sedentarismo forzoso (y quizás también a la excelente oferta de la cantina del Jean Monnet y al hecho de estar alojado

en un hotel italiano con un restaurante especializado, lógicamente, en pizza y pasta).

La traducción de las primeras licitaciones nos hizo zambullirnos en el mundo de los contratos públicos, por cuyas aguas procelosas intentamos navegar como mejor pudimos, compartiendo nuestras fichas terminológicas individuales y elaborando los primeros glosarios, a veces muy específicos, es decir, sistematizando nuestra primera «terminología local». Es inimaginable lo que se puede licitar: desde calzoncillos para el ejército hasta quincallería funeraria. La traducción de contratos públicos supuso también descubrir realidades nacionales no muy evidentes (como las disposiciones antimafia de la legislación italiana, que hacían los pliegos de condiciones inacabables) y fue también un punto de encuentro interesante con colegas de otras lenguas que, por primera vez, tenían que traducir licitaciones del español sobre temas igualmente diversos, a veces con toques surrealistas, como lo fue por ejemplo la operación detectivesca para averiguar en qué consistía el coche para Apolo: una licitación lanzada por la Guardia Civil y que esta institución se negaba a explicarnos por tratarse de un proyecto secreto. Al final descubrimos que se trataba de una furgoneta equipada para escuchas y que Apolo eran las siglas en clave de APOyo LOgístico. No dejaba de ser llamativo que un «proyecto secreto» se tradujera a las demás lenguas oficiales y tuviera que publicarse en el Diario Oficial.

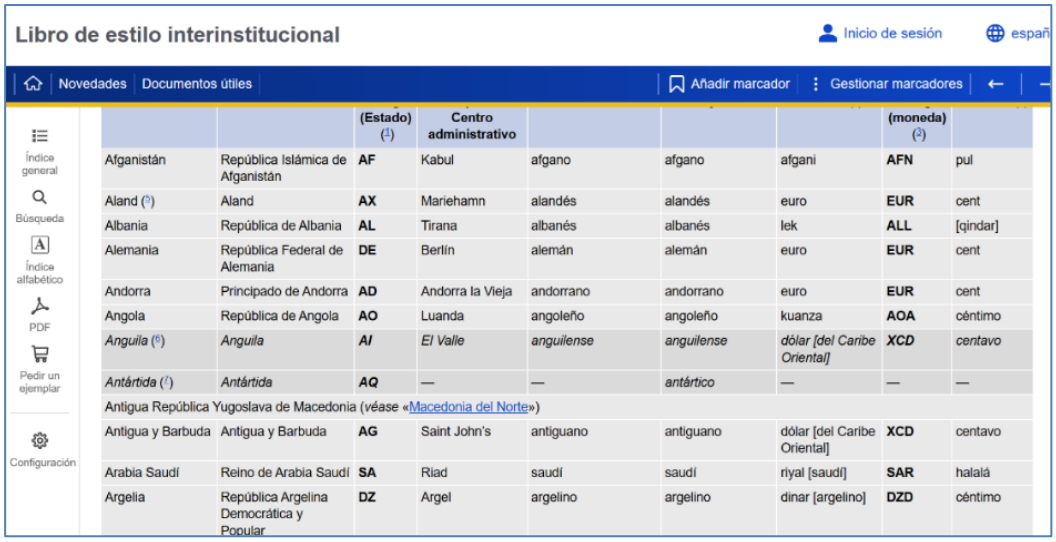
Gracias a las licitaciones y a la traducción de documentos para la NACE (Nomenclatura Combinada de las Comunidades Europeas) descubrí el fascinante mundo de las nomenclaturas y de la taxonomía, lo que determinó mi interés por la terminología, a la que acabé dedicando la mayor parte de mi carrera profesional.

3. El oficio de traducir: anonimato, trabajo en equipo y humildad

Creo que la inexperiencia y la falta de confianza de los más jóvenes contribuyó también a que participáramos en la resolución de problemas con mayor frescura (en el buen sentido de la palabra), menos prejuicios y siempre de manera resolutiva y razonada, sin dar nada por hecho ni validado. De alguna manera, el entorno de la traducción institucional en la Comisión y en general el entramado de las Comunidades Europeas era nuevo para todos, también para los colegas con experiencia, pues estos se habían formado principalmente en los servicios de traducción de las Naciones Unidas o como traductores *freelance* para los distintos organismos del sistema de las Naciones Unidas o para otros organismos internacionales, en la Administración española o en servicios de traducción de grandes empresas. Nuestro Departamento se estaba creando y muchas cuestiones se nos planteaban «por primera vez», tanto en el ámbito terminológico o conceptual, como en el estilístico o formal. Teníamos, además, que lidiar con cierta «carga del pasado», que procedía de la traducción de los Tratados y de la «heroica» versión española de los actos legislativos que constituían el acervo comunitario: En aquel momento, si la memoria no me falla, unos 35 volúmenes de legislación traducida con los que se nos daba la bienvenida y que claramente constituían líneas rojas porque teníamos que atenernos a citar escrupulosamente los textos allí contenidos o bien, si se detectaba un error de bulto, iniciar un procedimiento de corrección de errores. Con el tiempo aprendimos que, una vez detectado el error, convenía corregirlo cuanto antes para que no «contaminara» más textos legislativos, con los problemas que eso implicaba.

En ocasiones podían plantearse debates, incluso acalorados, con algunos traductores experimentados que procedían de servicios de traducción de las Naciones Unidas, aunque los compañeros con estos perfiles estaban sobre todo en el Consejo y en el Parlamento. A veces estos traductores se sentían obligados a respetar convenciones que no siempre eran viables en nuestro entorno. Un ejemplo fue la controversia con la lista oficial en español de las Naciones Unidas que nos planteaba problemas de norma y de uso en el español peninsular. La elaboración de una lista única fue un proceso largo, laborioso y no exento de tensiones y requirió mucha negociación y mano izquierda. Al final, al cabo de muchos años, fue posible presentar una lista con la que todos los servicios de traducción de la UE estábamos de acuerdo. Esta lista constituye hoy el anexo 5 del *Libro de Estilo Interinstitucional*[(2)]:

[(2)] Oficina de Publicaciones, *Libro de Estilo Interinstitucional: Anexo A5 — Lista de Estados, territorios y monedas*, https://style-guide.europa.eu/es/content/-/isg/topic?identifier=annex-a5-list-countries-territories-currencies.



		(Estado) [1]	Centro administrativo				(moneda) [2]	
Afganistán	República Islámica de Afganistán	**AF**	Kabul	afgano	afgano	afgani	**AFN**	pul
Aland [3]	Aland	**AX**	Mariehamn	alandés	alandés	euro	**EUR**	cent
Albania	República de Albania	**AL**	Tirana	albanés	albanés	lek	**ALL**	[qindar]
Alemania	República Federal de Alemania	**DE**	Berlín	alemán	alemán	euro	**EUR**	cent
Andorra	Principado de Andorra	**AD**	Andorra la Vieja	andorrano	andorrano	euro	**EUR**	cent
Angola	República de Angola	**AO**	Luanda	angoleño	angoleño	kuanza	**AOA**	céntimo
Anguila [6]	*Anguila*	***AI***	*El Valle*	*anguilense*	*anguilense*	*dólar [del Caribe Oriental]*	***XCD***	*centavo*
Antártida [7]	*Antártida*	***AQ***	—	—	*antártico*	—	—	—
Antigua República Yugoslava de Macedonia (*véase* «Macedonia del Norte»)								
Antigua y Barbuda	Antigua y Barbuda	**AG**	Saint John's	antiguano	antiguano	dólar [del Caribe Oriental]	**XCD**	centavo
Arabia Saudí	Reino de Arabia Saudí	**SA**	Riad	saudí	saudí	riyal [saudí]	**SAR**	halalá
Argelia	República Argelina Democrática y Popular	**DZ**	Argel	argelino	argelino	dinar [argelino]	**DZD**	céntimo

4. English only

Con el cambio de lengua vehicular al inglés tras la gran ampliación, perdimos el apoyo de los originales franceses, que nos servía a menudo de inspiración directa, pero el predominio progresivo del inglés hacía cada más complicada y difícil (afortunadamente) la tentación de sucumbir al calco. En mi caso (mi primera lengua era el francés), las investigaciones terminológicas debieron ser más exhaustivas que antes. Quedaron algunos restos de dobletes por esta transición del francés al inglés: (por ejemplo: «ecocondicionalidad» del fr. *éco-conditionnalité* o «cumplimiento cruzado» del en. *cross-compliance* que se fueron resolviendo con el tiempo, y también alguna que otra interferencia extraña del inglés en el francés de la casa: *certitude juridique*, como calco innecesario del inglés (*legal certainty*) en vez de *sécurité juridique*. El inglés de las instituciones se convirtió, lógicamente, por razones que todos conocemos en *Eurish*, algo que desesperaba especialmente a nuestros compañeros de lengua materna inglesa cuando tenían que descodificar originales redactados supuestamente en su propia lengua.

Con la hegemonía del inglés como lengua de nuestros originales empezó a haber injerencias de algunos servicios para que ciertos términos neológicos no se tradujeran, sobre todo en ámbitos como la economía, la informática y las tecnologías. También hubo (y supongo que seguirá habiendo) una insistencia, a veces un poco obtusa, para que no se tradujeran las siglas en general. Esto supuso en cierto modo, un acicate para reaccionar porque planteaba un debate interesante de si una palabra o término y el concepto que designaban podían convertirse alegremente en «marca registrada» y también la cuestión de quien es el responsable último de las traducciones.

5. Una idiosincrasia peninsular

Creo que algo que define a la traducción portuguesa y española en la UE — o por lo menos a la Dirección General de Traducción (DGT) de la Comisión — es nuestra voluntad de no limitarnos al circuito cerrado de las instituciones, abriéndonos de manera muy activa a la participación en debates lingüísticos, asumiendo el peso colectivo que representamos como institución, aunque para eso tengamos que aceptar ciertos condicionantes inevitables. Creo que en esta actitud han influido varios factores: el hecho de que el español y el portugués sean lenguas policéntricas y de alcance internacional (teniendo muy claro, eso sí, que traducimos para las «variantes europeas» del español y del portugués) y el papel que tiene la Comisión como preparadora de los textos legislativos, lo que nos ofrecía, en comparación con las demás instituciones, un mayor margen para conectar con la lengua real en lugar de encerrarnos en nuestros respectivos «eurolectos». Por cierto, esto de los eurolectos fue una invención académica, relativamente extravagante, que pareció merecer (aunque afortunadamente por poco tiempo) el interés de la DGT.

En lo que a la terminología se refiere, creo que sentimos la responsabilidad de que nuestro trabajo, una vez plasmado en la legislación, tenía autoridad normativa y éramos conscientes de las exigencias que eso implicaba. Como el gran centro de traducción legislativa que somos, sentimos desde el principio que teníamos que estar presentes en los debates lingüísticos y en el mundo de la terminología que, en nuestras lenguas procede en gran parte de la traducción. Esto nos ha llevado a no aceptar acríticamente imposiciones procedentes de instancias jerárquicas sin la debida competencia lingüística. Nuestro Departamento ha sido siempre muy activo en estas cuestiones, y creo que los portugueses también.

Con este mismo espíritu emprendimos también, a través del boletín *puntoycoma*[3] (más allá de las decisiones oficiales adoptadas por los jefes de unidad y de las convenciones de los juristas lingüistas sobre técnica legislativa y terminología jurídica en español), una coordinación informal, que era necesaria en un Departamento que llegó a tener siete unidades. Esta cooperación se hizo enseguida interinstitucional, y nos sirvió luego para comunicarnos con el mundo exterior y compartir dudas y soluciones. En esta tarea nos hemos sentido siempre muy identificados con nuestros compañeros portugueses con los que hemos cooperado y compartido enfoques similares a la hora de resolver problemas de terminología o neología, animados siempre de un espíritu de «resistencia terminológica», con el que nos lanzamos a alguna que otra batalla cuando creíamos que correspondía: algunas las ganamos (como la de «gobernanza») y otras las perdimos («disruptores endocrinos»), pero nunca rehuimos participar en el debate público sobre la terminología y la neología en español, como lo demuestra esta imagen del foro *NeoLógica*[4], que creamos conjuntamente con el Instituto Cervantes:



Dentro de esa idiosincrasia peninsular, no parece casual que las dos comunidades lingüísticas que siguen publicando, desde hace décadas, boletines interinstitucionales centrados específicamente en cuestiones de terminología y traducción sean precisamente la española y la portuguesa. Además, en varias ocasiones hemos encontrado sinergias muy productivas, como la publicación de artículos o los proyectos conjuntos como la lista de falsos amigos, que es, claramente, un caso de éxito. Según recuerda Paulo Correia (compañero terminólogo portugués), esta lista «*chegou a ser o conteúdo mais consultado da DGT na Internet*» y ha adquirido vida propia fuera de la institución.

Nuestra actitud frente al neologismo sigue siendo muy proactiva, yo diría que mucho más que al principio, como puede verse en los adjetivos neológicos «hipocarbónico» (acuñado por los traductores especializados en textos sobre el cambio climático para traducir *low-carbon*) o «hidrointeligente», traducción propuesta por nuestra compañera Teresa Renales para evitar el recurso a la perífrasis a la hora de traducir *water-smart.* Nuestro boletín *puntoycoma* nos ofrece una buena plataforma para anunciar y difundir estas propuestas.

---

[3] *puntoycoma*, https://op.europa.eu/webpub/dgt/puntoycoma/es/.
[4] Instituto Cervantes (España), *NeoLógica*, https://cvc.cervantes.es/foro_neo/default.htm.

Para seguir en esta vía nos animaron siempre la vocación de servicio público y de apertura que encontramos en todos los profesionales a los que fuimos recurriendo. Cito solamente unos cuantos: Fernando Navarro y sus compañeros de la comunidad de traducción médica Tremédica; traductores e intérpretes con muchísima experiencia y oficio, como Antonio Peñaranda y Alfonso Torrents del Prats; profesores como Enrique Alcaraz, Teresa Cabré y Gloria Corpas; especialistas de distintas áreas, como los ingenieros Álvaro García Meseguer y Luis Palacios, o el astrofísico David Galadí. Todos ellos compartieron **generosamente** su tiempo con nosotros, atendiendo nuestras consultas, escribiendo en nuestro boletín o participando en nuestras jornadas. A lo largo de los años acabaron, en muchos casos, siendo amigos, más que simples contactos profesionales. De alguna manera estábamos creando una comunidad informal con vínculos cada vez más sólidos.

Cabe plantearse aquí una cuestión clave: ¿quién es la autoridad? Cuando se trata de buscar la necesaria convergencia y armonización ante traducciones divergentes, la autoridad viene dada por la validación de los especialistas y por la implantación reflejada en el uso. La lengua es un sistema, en el que norma y uso dialogan continuamente y esto hemos querido plasmarlo en los glosarios elaborados en el Departamento y también en nuestras fichas de terminología. Algunos ejemplos que pueden consultarse en *puntoycoma* y también en IATE: códigos de red, economía ecológica, glosario de la crisis financiera, glosarios sobre corrupción, refugio y asilo, etc. Todos ellos hechos con la colaboración de organismos públicos, universidades o expertos cualificados.

Como mi compañero Paulo, yo también tuve ocasión, después de pasar unos años por la traducción, de trabajar en terminología y más tarde en la antena. El trabajo de terminología, sobre todo inicialmente en el servicio *s'il vous plaît* (*help desk* terminológico), tenía un lado detectivesco que era apasionante e implicaba mucho contacto con el exterior, lo que nos sirvió para tejer nuestras redes terminológicas y organizar nuestras Jornadas bienales de Terminología y Traducción Institucional y contribuir a la creación de proyectos de interés para la DGT y para toda la comunidad hispanohablante, como la plataforma terminológica TeresIA[(5)]. El último de estos foros de cooperación ha sido la red estable de cooperación terminológica con la Representación Permanente de España ante la Unión Europea.

6. Amigos para siempre

En el ámbito del multilingüismo europeo, españoles y portugueses estamos abocados a practicar la intercomprensión que hoy estamos poniendo en práctica. Hay que reconocer que en este asunto los españoles tenemos mucho que aprender de nuestros vecinos. Es cierto que nuestro sistema fonético es mucho más limitado y de alguna manera nos sentimos incapacitados para hablar el portugués (no así para entenderlo, si lo leemos o si se habla despacio). En todo caso, siempre he pensado que nuestra actitud ha de ser más «*intercompreensiva*» con los portugueses.

7. A modo de conclusión

A lo largo de estos 40 años, los profesionales lingüísticos (traductores, intérpretes, juristas lingüistas y asistentes) de lengua española y portuguesa hemos interactuado cotidianamente con las demás lenguas oficiales europeas, sin olvidar nunca nuestra responsabilidad como usuarios privilegiados de una materia prima que compartimos con millones de hablantes, que en nuestro caso se encuentran mayoritariamente fuera de Europa. La dimensión internacional condiciona en parte el «espíritu de resistencia» que hemos mencionado antes, pero también el hecho de que nos debemos esencialmente a los destinatarios de nuestros textos, que son nuestros conciudadanos. La dimensión internacional de nuestras lenguas debería contribuir a una Europa más abierta al mundo, especialmente a América Latina.

Nos asomamos a un horizonte marcado por la amenaza de tecnologías basadas en la codicia y en el afán de control para la construcción de distopias orwellianas que podemos calificar, sin ninguna duda, como

(5) *Proyecto TeresIA*, https://proyectoteresia.org/.

tecnofascismo. El último número especial del boletín *puntoycoma*, dedicado a la inteligencia artificial[6] aborda, de manera crítica, las implicaciones de esta tecnología para la lengua y la traducción. La IA no garantiza, por sí sola, que los procesos de traducción o de gestión terminológica se lleven a cabo de forma eficaz. No hay que olvidar, además, que esta tecnointeligencia se construye, en gran parte, con recursos lingüísticos públicos, por lo que no es ético que se convierta en un fin en sí misma, en función de estrategias comerciales y políticas orientadas al control, la hegemonía y la precariedad. Su prioridad debería ser, por el contrario, contribuir al avance social en todos los ámbitos.

Cuando portugueses y españoles nos incorporamos a Europa, todo era movimiento y construcción constante. Empezábamos entonces a traducir los textos que dieron lugar al Acta Única Europea[7] y todas las propuestas legislativas que culminaron con el mercado interior y el Tratado de Maastricht[8]. Hoy, en un mundo dominado, sin ningún tipo de disfraz retórico, por la fuerza bruta, muchos quieren ver a la UE no en construcción, sino en demolición. La supervivencia de nuestras lenguas en el multilingüismo de la UE pasa, obviamente, por superar el desafío existencial al que nos enfrentamos poniendo en práctica nuestra divisa: «unidad en la diversidad», esa diversidad que tanto odio suscita en los nuevos poderes imperiales. La UE nació como proyecto de paz y de diversidad, de respeto a los derechos humanos y al derecho internacional. En mi humilde opinión, cualquier camino que nos aleje de ese objetivo nos llevará, en las circunstancias actuales, al servilismo, la humillación y la irrelevancia. Y, desde luego, la presencia de nuestras lenguas en Europa, que estamos celebrando en este acto, poco tendría que ganar en este nuevo escenario.

esletra@gmail.com

[6] *puntoycoma*, n.º 188 — outubro/novembro/dezembro de 2025, https://op.europa.eu/webpub/dgt/puntoycoma/documents/pyc_188_es.pdf.
[7] Acta Única Europea, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX:11986U&from=ES.
[8] Tratado de Maastricht, https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX:11992M/TXT&from=ES.

Um aparte à parte (XXII)

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Não escreva «o orador falou *demais*». Escreva «o orador falou **de mais**».

Não escreva «Portugal e *de mais* países da zona euro». Escreva «Portugal e **demais** países da zona euro».

Explicação:

A palavra «demais» pode ser qualificada como pronome indefinido. É sinónima de «os/as restantes» ou «os/as outros/as». Exemplo: «aquela jogadora passa sempre a bola às **demais**».

Por sua vez, a locução «de mais» corresponde a «demasiado». Exemplo: «gosto **de mais** de acampar para desistir aos primeiros flocos de neve; gosto **demasiado**, é um facto».

Uma maneira expedita de testar a forma correta consiste em recorrer ao antónimo «de menos». No primeiro exemplo, para sabermos se é correto «falar *de mais*» ou «falar *demais*», atente-se que a alternativa «o orador falou **de menos**» faria igualmente sentido, pelo que se impõe a escolha «falar **de mais**».

Do mesmo modo, pode testar-se se são aplicáveis as palavras «restantes» ou «os/as outros/as». No exemplo sobre os países da zona euro, atente-se que se poderia dizer «Portugal e **os restantes** países da zona euro»; identicamente, no exemplo sobre as jogadoras, poder-se-ia dizer «passa a bola às **outras**», pelo que se trata claramente da forma «passa a bola às **demais**».

Importa salientar que esta questão não é consensual, havendo linguistas que consideram válido «demais» no sentido de «demasiado». É, porém, vantajoso sistematizar uma diferenciação nos moldes que expus.

jorge.mendes909@gmail.com

Ainda a propósito do termo «*impeachment*»

Philippe Magnan Gariso
Tradutor técnico. Mota-Engil Railway Engineering, S.A.

No número 76 d'«a folha», Marco Neves, num seu contributo[1], passa um cartão vermelho aos jornalistas da imprensa falada e escrita que fazem corresponder ao inglês «*impeachment*» o vocábulo «destituição» na língua portuguesa. Ao longo do texto, recheado de explicações e com um excerto em inglês da Constituição dos Estados Unidos, Marco Neves chega à conclusão de que o equivalente mais correcto, que «assenta que nem luva» ao conceito americano de «*impeachment*», é o vocábulo português «impugnação».

De repente, dei comigo a pensar, do alto dos meus mais de 40 anos como tradutor, se teria sido mal empregue o tempo que passei em França, na *Fac de Lettres*, como era conhecida em Grenoble (entre 1978 e 1982) a Faculté des Langues et Lettres da Université Stendhal, hoje Université Grenoble Alpes. Então o meu curso teria sido uma fraude? Um logro? Foram quatro anos em que frequentei dois DEUG-C (*Diplôme d'études universitaires générales*) — *Langues étrangères appliquées Anglais/Allemand et Français/Portugais*. De entre as cadeiras do curso, nomeadamente para o par inglês/alemão, e mais concretamente em relação à língua inglesa, uma dava pelo nome de «*Civilisation britannique et américaine*», e o tal *impeachment* foi explicado pelo professor responsável pela componente americana do conjunto.

Vamos por partes: tal como aprendi, nesse tempo, falava-se de *procédure de mise en accusation et de destitution*, a que correspondem, no caso dos Estados Unidos, de uma forma simplificada, três etapas (*inquiry, articles of impeachment* e *trial*).

Ou seja, num primeiro momento há uma autorização dada pela *House of Representatives* (Câmara dos Representantes) à *United States House Committee on the Judiciary* (Comissão dos Assuntos Jurídicos da Câmara dos Representantes), que tem a cargo, nomeadamente, a constitucionalidade das leis e os processos de destituição) para que seja conduzido um inquérito em face de suspeitas de comportamento ou conduta censurável no exercício de funções (*grosso modo*, traição, corrupção e outros crimes e delitos graves, *treason, corruption and high crimes and misdemeanours*) dando lugar, eventualmente, aos *articles of impeachment* (em francês, *mise en accusation*), que poderemos fazer equivaler no quadro jurídico português ao despacho de acusação; num segundo tempo, a Câmara dos Representantes, por maioria simples, isto é, 218 dos 435 membros que a compõem, pode remeter o processo para julgamento diante do Senado, e aqui poderíamos pensar num despacho de pronúncia no âmbito do nosso Código de Processo Penal, a fase de *trial* — também aqui, de forma simples, poderíamos fazer equivaler esta fase a um despacho de pronúncia no âmbito do processo penal português, ou seja, o envio para julgamento. Chegados aqui, entramos na terceira etapa — *trial*.

Se, por maioria de dois terços (67 dos 100 senadores), a decisão for de culpabilidade, o presidente é destituído de funções. Por outras palavras, deixará de poder exercer enquanto presidente, sem prejuízo de, uma vez destituído (*déchu*/*destitué*, em francês, *destituído de funções*, em português), os tribunais o julgarem e sancionarem pelos actos que tiver cometido, uma vez que este processo de destituição (*impeachment process*) se enquadra mais no foro constitucional do que no político. Será que os meus professores, uns franceses, outros ingleses, alguns vindos da Faculté de traduction et d'interprétation de l'Université de Genève, numa parceria com a *Fac de Lettres*, nos ensinaram erradamente a traduzir *impeachment* por **processo de destituição**?

Ainda que não sendo jurista, e não cabendo aqui explanações de índole técnico-jurídica, parece-me que Marco Neves está equivocado quanto aos conceitos de destituição e de impugnação, porquanto só podem ser impugnados actos administrativos ou judiciais, não indivíduos. Por exemplo, impugna-se um

[1] Neves, M., «A tradução da palavra "impeachment"», «a folha», n.º 76 — outono de 2024, https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/documents/afolha_076_pt.pdf.

acto eleitoral, uma deliberação de uma assembleia, uma sentença, nunca um indivíduo. Logo, o presidente Trump ou qualquer outro alto funcionário americano não pode ser impugnado, mas sim destituído dos cargos ou funções que exerça. Assim, afigura-se-me desrazoável apontar o dedo aos nossos jornalistas quando a *impeachment* fazem corresponder «processo de destituição», porquanto não estamos perante uma impugnação de acto administrativo ou judicial, mas sim, efectivamente, perante a remoção do titular do seu cargo ou funções — é isso que significa «destituir». Seria insólito impugnar pessoas, mas, como diria a minha falecida avó materna Marcelle, na sua casita na aldeia de Saint-Agnan-en-Vercors, nos Alpes ocidentais: «*le monde est à l'envers*».

Acresce que o *Office québécois de la langue française*[2] e a *Radio Canada*[3] consagraram o francês «*procédure de destitution*» para equivalente de «*impeachment*»[4]. De igual modo, e na esteira do que eu e tantos outros aprendemos nas salas de aula e anfiteatros da *Fac de Lettres* de Grenoble, também René Meertens no seu *Guide anglais-français de la traduction* (edições de 2008, 2021 e 2025), faz corresponder *impeachment* à tal *mise en accusation*, nessa última acrescentando *devant le Sénat*; ou, em português, o arguido vai a julgamento por via da tal *mise en accusation* — que apresenta semelhanças com os nossos «despacho de acusação» e «despacho de pronúncia».

No final, a não haver a maioria exigida, não haverá *impeachment*; por outras palavras, não haverá destituição do cargo de presidente. Impugnação é que não há, pelo menos enquanto destituição não for sinónimo de impugnação e enquanto houver destrinça entre estes dois conceitos. Já agora, impugnar significa anular, modificar ou revogar um acto administrativo ilegal (no foro administrativo) e controlar jurisdicionalmente a legalidade do acto, no caso da impugnação judicial. Como o leitor compreenderá, no caso em apreço, *impeachment* não tem rigorosamente nada que ver com impugnação. Não está em causa o acto eleitoral em que Donald Trump venceu as presidenciais, mas sim a remoção do titular do cargo que ocupa.

Há, pois, que ser cauteloso no emprego de alguns vocábulos e dos conceitos que lhes subjazem.

Séries televisivas — os erros que espantam!

Finalmente, não posso deixar de tecer algumas considerações sobre a tradução/legendagem de séries, nomeadamente «*Father Brown*» em reposição no canal Star Crime. Persiste a tradução incorrecta da expressão «I am afraid», sistematicamente vertida por «receio…» ou «temo…». Alguns tradutores/legendadores parecem desconhecer o sentido de «*I am afraid not*» em contextos que não têm que ver com o significado de «*to be afraid of*» ter medo/recear/temer. Vejamos: um personagem afirma — «*I'm returning to London*» e a interlocutora comenta: «*Are you coming back?*», sendo a resposta: «*I'm afraid not*». Tradução incorrecta: «Receio que não». Ora, o sentido nada tem que ver com «receio»; o sentido é: «Infelizmente, não». Num outro exemplo: «*Is there any news on the evidence?*» Mais uma vez, a resposta «*I'm afraid not*» significa «Infelizmente, não», ou «lamento, não» e não «receio que não». Do mesmo modo, «*Is Mr So and So at home?*» Resposta: «*I'm afraid not*» (infelizmente não, ou lamentavelmente, não, ou ainda, «lamento, mas não») em vez de «receio/temo que não» como tem sido frequente ler-se nas legendas dos filmes e séries. Para os neófitos da tradução, deixo um exemplo com «*afraid of*» cuja tradução é traiçoeira em português: «*I'm afraid I missed the train*» corresponde a «lamento imenso, perdi o comboio» ou «peço desculpa, perdi o comboio» — dirá alguém que se atrasou para um encontro.

Com igual frequência nos deparamos com um equivalente errado nas séries policiais, quando um polícia fala do seu «*partner*» e se lhe faz corresponder «parceiro», porquanto «*partner*» nesta acepção é um «colega», não um «parceiro». Os gauleses resolveram o problema com a expressão

---

(2) *Office québécois de la langue française*, https://www.oqlf.gouv.qc.ca/.
(3) *Radio Canada*, «Contenus trouvés pour "impeachment"», https://ici.radio-canada.ca/recherche?q=impeachment&pageNumber=1&sort=-relevance.
(4) *TERMIUM Plus®*, «impeachment», https://www.btb.termiumplus.gc.ca/tpv2alpha/alpha-eng.html?lang=eng&i=1&srchtxt=impeachment.

«*coéquipier/coéquipière*». E, já agora, no meio policial, «*circumstantial evidence*» não são provas circunstanciais, mas sim «provas indirectas».

Por último, um pequeno alerta: «Durante o estágio, a estagiária deparou-se com várias instâncias em que teve de praticar a capacidade de síntese…». Depreendo que o termo «instância» surja aqui como decalque de *instance*. Ora, o inglês *instance* significa, em português, «exemplo», ao passo que a palavra portuguesa «instância» corresponde a um patamar de hierarquização jurisdicional (se bem que, genericamente, também possa ser um «pedido insistente»).

Philippe.Gariso@mota-engil.pt

Artemísia

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Os gregos da Antiguidade chamavam-lhe Ἄρτεμις, que se pronunciava (e se pronuncia) /ártemis/. Deusa polivalente — da caça, dos ermos, da vida selvagem, da natureza, da vegetação, dos partos, dos cuidados infantis… e até da castidade —, teve em Diana a sua homóloga romana.

Em português, deu «Artemísia»[1]. Em inglês, *Artemis*.

Recentemente, a estado-unidense Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço, vulgarmente conhecida pela sigla NASA, executou o «programa *Artemis*», que consistiu em enviar quatro astronautas numa viagem de exploração às proximidades da Lua (a qual chegou mais longe do que qualquer outra expedição tripulada, incluindo as que até hoje já tinham alunado no satélite). E logo a comunicação social portuguesa se embrenhou numa série de erros sobre a pronúncia correta do nome do programa. O mais ouvido era /ar**TÉ**mis/.

Ora, em inglês, a tónica recai, normalmente, na primeira sílaba. Portanto, a pronúncia correta seria /**ÁR**temis/. Quanto ao português, a tónica, num nome destes, teria de recair na última sílaba (/arte**MIS**/), visto a sílaba «-te-» não ter acento gráfico.

É uma palavra análoga a «Dinis», que pronunciamos /di**NÍS**/ e não /**DÍ**nis/, e também análoga a «anis», que pronunciamos /a**NÍS**/ e não /**Â**nis/ («ó senhor empregado, traga-me um cálice de anis»).

Parece que, para a comunicação social portuguesa, todas as palavras têm de ser graves ou esdrúxulas (como, por exemplo, /**ó**nu/ em vez de /on**ú**/). Até há jornalistas que a Ormuz chamam /**ór**mos/.

Em posição final, as vogais «i» e «u», quando antecedidas de consoante, puxam a tónica para si. Portanto, não precisamos de lhes colocar acento gráfico. E a palavra será aguda. Daí escrevermos «aqui», «ali», «javali», «tabu», «caju», «menu», «peru». Um «s» a seguir a esses «i» ou «u» não altera em nada esta regra. Portanto, «javalis», «anis», «Dinis», «tabus», «perus»…

A situação só é diferente se, antes do «i» ou do «u» finais, houver, não uma consoante, mas uma outra vogal. Nessa altura, se o «i» ou o «u» forem tónicos, terão de levar acento gráfico. Por exemplo: «eu caí ontem aí, e agora ai que ela também cai»; ou «o baú é feito de pau».

Pelas regras do português, a palavra só é naturalmente grave se a vogal da última sílaba for «a», «e» ou «o». Por exemplo: /ba**TO**ta/, /aba**CA**te/, /pe**NE**do/. E é isto que parece estar a ser erroneamente tomado como regra geral para todas as vogais, quando a regra é outra se a vogal da última sílaba for «i» ou «u».

Resumindo: nem em inglês nem em português a sílaba «-te-» da palavra *Artemis* é tónica.

jorge.mendes909@gmail.com

[1] Rebelo Gonçalves, no seu *Vocabulário da Língua Portuguesa*, ou José Pedro Machado, no seu *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, registam os antropónimos Ártemis, Artemisa e Artemísia, assinalando Ártemis como mitologia.

Capitais exóticas

Jorge Madeira Mendes
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Na língua local, o nome da capital da Somália, país do Corno de África, é *Muqdisho*. Esta palavra foi transposta para outras línguas respeitando o mais aproximadamente possível a fonética, mas com adaptação às regras ortográficas de cada uma. Assim, em inglês deu *Mogadishu*, em alemão *Mogadischu*, em neerlandês *Mogadisjoe*[1], em russo *Могадишо*.

Na sequência da Conferência de Berlim (1884), diversas potências europeias dividiram o continente africano entre si. A Itália estabeleceu-se na Somália, à qual conferiu inicialmente o estatuto de «protetorado», mais tarde alterado para «colónia». Devido a esta circunstância histórica, a palavra *Mogadiscio*, versão italiana do nome da cidade onde se instalou a capital, foi a que mais rapidamente passou para os países ocidentais.

Ora, segundo as regras ortográficas do italiano, a palavra *Mogadiscio* reproduz, exatamente, a fonética *Mogadishu*. Com efeito, o grupo de letras *sci* representa, em italiano, a consoante fricativa que figura na palavra inglesa ***sh**ell* ou nas palavras portuguesas atuais *me**x**e*, *bi**ch**o*, *pei**x**e*. Assim, as palavras italianas *la**sci**are* ou *cono**sci**uto* pronunciam-se, respetivamente, /lasháre/ e /konoshúto/. Consequentemente, *Mogadiscio* pronuncia-se /mogadíshu/.

Mas a adoção acrítica de *Mogadiscio* por outras línguas, sem a necessária adaptação, deturpa a fonética original.

Em português, a versão «Mogadíscio» afasta-se do verdadeiro nome da capital somáli. Embora a fonética original /mogadíshu/ seja muito facilmente transponível para português mediante a grafia «Mogadixo»[2], a grafia «Mogadíscio» deturpa-a e deve-se apenas à colagem incorreta a uma grafia alheia.

Deploravelmente, é frequente a falta de critério na adaptação de grafias estrangeiras para português. O critério deveria consistir em aproximar o mais possível a fonética da língua de destino (neste caso, o português) à fonética original. Quem ignora as regras ortofonéticas das línguas de partida (quer a original quer as eventuais intermédias) limita-se amiúde a transpor para a língua de destino carateres que falseiam a pronúncia. É exemplo a palavra «czar» (designação dos imperadores eslavos, que nos chegou nesta forma por intermédio de uma transliteração húngara): em rigor, deveria ser «tsar» — como, aliás, acontece em francês e no lusófono Brasil. A grafia «tsar» seria a que melhor reproduziria o царь russo ou o цар de algumas outras línguas eslavas[3].

Outro exemplo é o nome da capital da Moldávia[4]: em romeno/moldavo, grafa-se *Chișinău*, mas, segundo as regras ortofonéticas deste idioma, a pronúncia é /kishinow/, obrigando a uma adaptação mais correta para português, a saber: «Quixinau»[5]. É de rejeitar a «Chisinau» conspícua em alguns órgãos da comunicação social portuguesa e que, pelas regras do nosso idioma, leva à errónea pronúncia /xizinau/.

---

[1] Note-se que, em neerlandês, também vigora a grafia *Mogadishu*.
[2] Poderia igualmente defender-se a grafia «Mogadicho», mas existe uma tradição de, em topónimos de origem estrangeira, representar pela letra «x» a consoante fricativa seca /ʃ/ que ocorre em Caxemira ou Xangai, reservando o dígrafo «ch» para os topónimos que se pronunciavam com o som /tʃ/, entretanto largamente caído em desuso, como em China ou Cochim (cf. o uso no inglês de «sh» e «ch»).
[3] Cf. Mendes, J. M., «O tsar traído», «a folha», n.º 45 — verão de 2014, https://op.europa.eu/webpub/dgt/afolha/documents/afolha_045_pt.pdf.
[4] Ou «Moldova», como preconizam algumas correntes.
[5] A eventual grafia «Quichinau» deve ser descartada, por motivos análogos aos da preferência de «Mogadixo» contra «Mogadicho».

Prosseguindo pelos lados dos Balcãs, falemos agora da capital do Montenegro.

Embora o topónimo *Podgorica* figure em documentos datados pelo menos do século XIV, a cidade foi rebatizada em 1948 como *Titovgrad* e, posteriormente, *Titograd* («Cidade de Tito»), em homenagem a Josip Broz Tito (1892-1980), um famoso estadista de origem croata que liderou esforçadamente a unidade dos chamados «eslavos do Sul». Mas, cerca de quatro décadas e meia mais tarde, em 1992, a cidade recuperou a sua denominação histórica (a federação jugoslava já se tinha dissolvido, mas mantinha-se uma federação menor entre a Sérvia e o Montenegro).

Ora, como se pronuncia *Podgorica*?

Em alfabeto cirílico, utilizado no país sensivelmente em pé de igualdade com o alfabeto latino, o nome é Подгорица, o que permite desde logo inferir a pronúncia correta, visto que a letra cirílica ц representa o fonema /ts/[6]. Ora, adotar em português a grafia «Podgorica» significaria chamar à cidade /podgorika/, deturpando a fonética correta deste topónimo. Nas línguas da Europa Oriental que se grafam com o alfabeto latino, a letra «c» nunca representa o fonema /k/ antes de «a», «o» ou «u» ou o fonema /ss/ antes de «e» ou «i»: no caso das nações da antiga Jugoslávia (a «Eslávia do Sul»), entre as quais se contava o Montenegro, a letra latina «c» representa o fonema /ts/. Por conseguinte, uma forma correta de representar em português o nome da capital do Montenegro poderia ser «Podgoritsa». Todavia, o fonema /ts/ já não existe no português-padrão. Segundo João Paulo Silvestre[7], este fonema, antes de cair em desuso, era representado pela letra «ç»[8]. Em conclusão, a grafia portuguesa recomendável para o topónimo que, em cirílico, se grafa como Подгорица é «Podgoriça». E são de recusar grafias como «Podgoritsa», «Podgorissa» ou, *a fortiori*, «Podgorica».

Prossigamos para a capital da Geórgia.

Até pouco antes da Segunda Guerra Mundial, era amplamente conhecida a nível internacional por Tíflis, a designação em língua fársi (persa). Todavia, ainda durante o período em que a Geórgia foi uma das quinze repúblicas da antiga URSS[9], as autoridades soviéticas, mediante recomendação de linguistas georgianos, adotaram o nome *Tbilisi*, transcrição latina do russo Тбилиси.

Ora, a palavra *Tbilisi* pronuncia-se /tbilíssi/, pelo que, segundo as regras do português, deveria grafar-se exatamente como «Tbilíssi». No entanto, a sequência das consoantes «t» e «b» é estranha ao português, o que estará provavelmente na origem de o nome desta cidade ser amiúde expresso por lusofalantes como «Tiblíssi» — a «solução» que figura no *Código de Redação Interinstitucional*[10], guia oficial de estilo e normas linguísticas utilizado por todas as instituições e organismos da União Europeia para garantir consistência e clareza nos documentos oficiais.

Mas trata-se de uma «solução» a rejeitar, porquanto, ao trocar as posições da consoante «b» e da vogal «i», deturpa excessivamente a fonética original.

E, não sendo aceitável o nome «Tiblíssi», propõem-se as seguintes alternativas:

1) Adotar, sem mais, a grafia «Tbilíssi», ignorando o seu caráter «aberrante» em relação ao pendor natural da língua portuguesa;
2) Adotar a grafia «Tbilíssi» mas pronunciar /tuilíssi/, transformando o «b» numa semivogal, «u». Esta transformação facilitadora apoiar-se-ia no facto de a consoante «b» ser próxima da

[6] Confronte-se com царь ou цар, que se pronunciam, sensivelmente, /tsar/.
[7] *Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna*, de João Paulo Silvestre — Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
[8] É por esta razão que, no português atual, coexistem carateres distintos — c, ç, s, ss — para representar fonemas outrora distintos mas que se uniformizaram em /ss/.
[9] Sigla de «União das Repúblicas Socialistas Soviéticas», abreviadamente conhecida como «União Soviética», entidade política instituída em 1922 e dissolvida em 1991.
[10] Serviço das Publicações, *Código de Redação Interinstitucional: Anexo A5 — Lista dos Estados, Territórios e Moedas*, https://style-guide.europa.eu/pt/content/-/isg/topic?identifier=annex-a5-list-countries-territories-currencies.

consoante «v» (note-se a coexistência de «cobarde» e «covarde» ou a existência de palavras da mesma família em que uma se grafa com «b» e outra com «v», como «indubitável» e «dúvida») e no facto de a consoante «v» ser facilmente transformável na semivogal «u». A pronúncia /tuilíssi/ levar-nos-á mais facilmente a /tbilíssi/.

Terminemos (pelo menos por ora) nos confins entre a Europa e a Ásia.

A capital da Turquia tem, na língua local, o nome de *Ankara*. Segundo as regras do turco, trata-se de uma palavra aguda (ou oxítona), isto é, tem a tónica na última sílaba, o que significa que se pronuncia /anka**RÁ**/. A sua transliteração para português poderia ser «Ancará». Existe, aliás, a palavra portuguesa «Angorá», que outrora designava esta cidade, mas hoje está restrita a duas situações: uma famosa raça de gatos e um tipo de fibra animal, a lã de angorá, produzida pelo coelho do mesmo nome.

Parece-me, porém, coadunar-se mais com o pendor natural do nosso idioma transliterar o nome da capital da Turquia como «Âncara», palavra esdrúxula (ou proparoxítona) que se pronunciará /**ÂN**kara/. Não há motivo para que o nome desta cidade em português seja «Ancara», que se pronuncia /an**KA**ra/, palavra grave (ou paroxítona) desnecessariamente divergente da fonética original.

jorge.mendes909@gmail.com

Capitalinos europeus

Paulo Correia
Antigo funcionário da Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia
Ana Cabral
Conselho da União Europeia

A proximidade geográfica, económica e cultural dos países europeus justifica que, no *Código de Redação Interinstitucional*, anexo A5[(1)], se tenha optado por consagrar grafias portuguesas para os **topónimos** de todas as capitais do Espaço Económico Europeu (EEE) e, com pouquíssimas exceções, para as restantes capitais europeias.

Todas as capitais europeias têm igualmente uma ficha IATE, onde, para o caso das capitais do EEE, se registam também os respetivos **gentílicos** (ou demónimos). Resta registar os gentílicos para as capitais extra-EEE. Por motivos de comparação e divulgação, interessa pôr em **tabela** todos estes topónimos e gentílicos.

Para informação, consultaram-se sistematicamente os seguintes dicionários e vocabulários do português, todos disponíveis gratuitamente na Internet:

- PE — *Dicionário de Língua Portuguesa*, Infopédia, Porto Editora[(2)]
- DP — *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, Priberam[(3)]
- DAC — *Dicionário da Língua Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa[(4)]
- DE — *Dicionário Estraviz*, Isaac Alonso Estraviz *et al.*[(5)]
- VOP — *Vocabulário Ortográfico Português*, Portal da Língua Portuguesa[(6)]
- VOLP — *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras[(7)]

Num extremo há os topónimos aos quais correspondem em português múltiplas formas gentílicas. A abundância de formas constantes em vocabulários e dicionários não implica a existência do mesmo número de formas em uso prático e corrente, acabando geralmente por consolidar-se no uso geral da língua uma única forma[(8)].

Para os gentílicos das capitais europeias consagrados pelo uso, além do incontornável **–(i)ense**, os dicionários e vocabulários registam outras séries, recorrendo aos sufixos:

-ês — amesterdanês, bernês, luxemburguês, …
-ino — budapestino, bucarestino, belgradino, zagrebino, londrino, …
-(i)ano — andorrano, romano, …
-(i)eno — madrileno, …
-ita — moscovita, …

No outro extremo há topónimos para os quais os dicionários e vocabulários disponíveis são omissos.

---

(1) Serviço de Publicações, *Código de Redação Interinstitucional: Anexo 5 — Lista dos Estados, territórios e moedas*, https://style-guide.europa.eu/pt/content/-/isg/topic?identifier=annex-a5-list-countries-territories-currencies.
(2) *Infopédia: Dicionário de Língua Portuguesa*, Porto Editora, https://www.infopedia.pt/dicionarios.
(3) *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, Priberam, https://dicionario.priberam.org/.
(4) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa, https://dicionario.acad-ciencias.pt/.
(5) Estraviz, I. A. *et al.*, *Dicionário Estraviz*, https://estraviz.org/acerca-de.php.
(6) *Portal da Língua Portuguesa: Vocabulário Ortográfico Português*, https://www.portaldalinguaportuguesa.org/vop.html.
(7) *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario.
(8) Exemplo apresentado no *Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty* do ministério das Relações Exteriores do Brasil: «O mesmo processo, aliás, pelo qual passou o gentílico "brasileiro", antes de suplantar as até hoje registradas "brasilense", "brasiliense", "brasiliano", "brasílico", "brasiliáda", "brasílio" e "brasil".», https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/manual-de-redacao-2026.

É o caso, sobretudo, de gentílicos de capitais de antigas repúblicas soviéticas e de repúblicas dos Balcãs Ocidentais. Mesmo algumas capitais da União Europeia, como Bratislava, Liubliana, Nicósia, Sófia, Valeta ou Vílnius, não têm registos nas fontes. O mesmo se passa com Reiquiavique ou Vaduz, capitais da Associação Europeia de Comércio Livre (AECL/EFTA).

Há, assim, necessidade de criar gentílicos, recorrendo à **sufixação**. Segundo o *Dicionário de Gentílicos e Topónimos*(), do Portal da Língua Portuguesa:

> Os [gentílicos] mais comuns são os formados por sufixos como *-ês* (*português*), *-ense* (*macaense*) e *-ano* (*americano*). Porém, a formação dos gentílicos nem sempre consiste na mera junção de um sufixo à base do topónimo (nome de um sítio ou local), existindo processos mais complexos, por vezes com justificações etimológicas ou históricas: por exemplo, o gentílico de Castelo Branco é *albicastrense* e não **castelo-branquês*, **castelo-branquense* ou **castelo-brancano*.[9]

Nos casos em que as fontes lusófonas habituais eram omissas, seguiram-se estratégias como a analogia com topónimos semelhantes, a comparação com outras línguas[10], tendo-se privilegiado as ibéricas, ou a consulta de outras fontes. Entre estas pode destacar-se:

- BTB — *Lista de Nomes de Países, Capitais e Gentílicos* (en-fr-es-pt), Bureau de la traduction/Translation Bureau, Canadá[11]
- DG — *Digalego: Dicionario de Galego*, Xunta de Galicia[12]

Fez-se, igualmente, uma experiência com quatro conhecidos modelos conversacionais de IA — ChatGPT[13], Gemini[14], Deepseek[15] e Copilot[16]. Apresentam-se nos quadros abaixo as respostas obtidas para a instrução «Termo específico para o habitante de …?»

Capitais do EEE

Gentílicos incorporados na base IATE:

> BTB: bratislavo, reiquiaviquense
> Por analogia: vaduziano (cf. ormuziano)
> Pelo galego DG: sofiano
> Por decalque do espanhol BTB: liublianês (es: liublianés), nicosiano
> Por decalque do francês BTB: valetino (fr: Valettin)

Capitais EEE	**ChatGPT**	**DeepSeek**	**Gemini**	**Copilot**	**IATE**
Bratislava	bratislavense	bratislavo	bratislavense	bratislavense	**bratislavo**
Liubliana	liublianense	liublianês liubliano	liublianês	liublianês liubliano	**liublianês**
Nicósia	nicósio	nicósio	nicosiano	nicosiano	**nicosiano**

[9] Portal da Língua Portuguesa, *Dicionário de Gentílicos e Topónimos*, http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=gentilicos.
[10] Há uma longa tradição de **decalque** dos gentílicos franceses e ingleses, afastando mesmo formas anteriormente consagradas. Alguns exemplos, noutros contextos:
canadense > canadiano (de fr: Canadien)
palestino > palestiniano (de fr: Palestinien)
conguês > congolês (de fr: Congolais).
[11] Governo do Canadá, *TERMIUM Plus®: Lista de Nomes de Países, Capitais e Gentílicos*, https://www.btb.termiumplus.gc.ca/publications/nomspays-countrynames-por-fra.html.
[12] Xunta de Galicia, *Digalego: Dicionario de Galego*, https://digalego.xunta.gal/gl.
[13] *ChatGPT*, https://chatgpt.com/.
[14] *Google Gemini*, https://gemini.google.com/.
[15] *DeepSeek*, https://www.deepseek.com/en/.
[16] *Microsoft Copilot*, https://copilot.microsoft.com/.

Reiquiavique	reiquiavicense[17]	—	—	reiquiaviquense	**reiquiaviquense**
Sófia	sofiano	sofiota	sofiota	sofiano sofiense	**sofiano**
Vaduz	vaduzense	—	vaduziano	—	**vaduziano**
Valeta	valetano	valetano	valetano	valetense	**valetino**
Vílnius	vilniense	vilniano	vilnense	vilniusiano	**vilniano**

Capitais extra-EEE

Como primeira abordagem, propõem-se para estas capitais gentílicos formados com o sufixo **-ense**:

- ChatGPT, «o sufixo **-ense** é, em português, o mais regular, produtivo e neutro para formar gentílicos a partir de topónimos estrangeiros sem tradição consolidada».
- Gemini, «o sufixo mais regular, produtivo e neutro em português para formar gentílicos a partir de topónimos estrangeiros (especialmente quando não há uma forma consagrada) é **-ense**».
- Deepseek, «não existe uma regra única e oficial, mas o sufixo **-ense** é geralmente considerado a opção mais regular e produtiva para formar gentílicos de topónimos sem uma tradição consagrada em português».
- Copilot, «o sufixo mais adequado e produtivo para formar gentílicos de topónimos sem forma consagrada em português é **-ense**».

Capitais extra-EEE	**ChatGPT**	**DeepSeek**	**Gemini**	**Copilot**	**IATE proposta**
Bacu	bacuense	—	bacuense	bacuense	**bacuense**
Erevã	erevanense	—	erevanês	erevano erevanense	**erevanense**
Escópia	escopiense	—	escopiano	escópio	**escopiense**
Mínseque[18]	minsequense	—	minsequense	minsequense	**minsequense**
Podgoriça[19]	podgoricense	—	—	podgoriçano	**podgoricense**
Quixinau	quixinauense	—	quixinauense	quixinauense	**quixinauense**[20]
Saraievo	saraievense	sarajevense sarajevês	sarajevano	sarajevita	**saraievense**
Tiblíssi	tiblissense	—	—	—	**tiblissense**
Tirana	tiranense	—	tiranês	—	**tiranense**

Chama-se a atenção para o facto de a resposta da IA poder variar com a forma como a pergunta é feita: por exemplo, pergunta aberta ou lista fechada de hipóteses.

A resposta pode igualmente variar com as perguntas anteriormente feitas. Exemplo de duas perguntas sucessivas ao ChatGPT:

- **P:** Habitante de Sara**j**evo? — **R:** O habitante de Sarajevo é chamado, em português, **sarajevense**. É a forma mais **regular e recomendável**, formada com o sufixo **-ense**, típico para topónimos estrangeiros sem tradição consolidada.
- **P:** Habitante de Sara**i**evo? — **R:** O habitante de Sarajevo — por vezes grafado *Saraievo* em português — é chamado **sarajevino**. É a forma mais **consagrada e idiomática**. Também se encontra **sarajevense**, que é regular, mas menos tradicional.

---

[17] Cf. celoricense, costa-ricense, famalicense ou salonicense.
[18] O *Código de Redação Interinstitucional* regista Minsk, topónimo passível dos aportuguesamentos Minsque ([mĩsk**i**]) ou Mínseque ([mĩsɨk**i**], mais próximo da pronúncia efetiva).
[19] O *Código de Redação Interinstitucional* regista Podgoritza, por possível analogia com quartzo.
Подгорица [pədgɔ͡ɾit͡sa]. Em português, o som /ts/ evoluiu para /s/, tendo caído em desuso na maior parte das regiões do país. O antigo som está tradicionalmente grafado com «ç» (antes de a, o ou u) ou «c» (antes de e ou i). Assim, «paço», e não «passo». Poderá repensar-se a grafia portuguesa do topónimo para **Podgoriça** ou **Podgóriça**.
[20] Cf. Bissau, bissauense; Blumenau, blumenauense; Palau, palauense.

Em **anexo** apresenta-se a tabela resultante deste levantamento comparativo dos substantivos gentílicos das capitais europeias, com indicação das fontes terminológicas consultadas. Assinalam-se a **negrito** os gentílicos propostos para integração na base IATE e a **negrito** sublinhado os gentílicos já nela integrados. Apresentam-se igualmente os gentílicos em francês e inglês, dando-se prioridade aos termos registados na *Lista de nomes de países, capitais e gentílicos* do Bureau de la traduction/Translation Bureau (BTB) do Canadá.

correiapms@gmail.com
ana.cabral@consilium.europa.eu

Anexo: substantivos gentílicos das capitais europeias

	pt	**fr (BTB)**	**en (BTB)**	**IATE**
Amesterdão	**amesterdanês**[PE,DP,DAC,VOP,VOLP] amesterdamês[PE] amsterdamês[PE,DE,VOLP] amsterdamiano[VOLP]	Amstellodamois	Amsterdammer	1891509
Ancara	**ancarense**[PE,DP,DE,VOP,VOLP]	Ankariote	of Ankara[21]	1891563
Andorra-a--Velha	**andorrano**[DE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] andorrense[PE,DP,DAC,VOP,VOLP] andorrenho[DP,DE] andorriano[PE,DP,VOP,VOLP]	Andorran	Andorran	1891358
Atenas	**ateniense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Athénien	Athenian	1891440
Bacu	**bacuense**	Bakinois	Bakuvian	1891372
Belgrado	**belgradino**[PE,DAC,DE,VOP,VOLP] belgradense[VOLP]	Belgradois	Belgradian	925710
Berlim	**berlinense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] berlinês[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Berlinois	Berliner	1891409
Berna	**bernês**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP,IATE] bernense[PE,DP,DE,VOP,VOLP]	Bernois	Bernese	1891396
Bratislava	**bratislavo**[BTB]	Bratislavien	Bratislavan	1891543
Bruxelas	**bruxelense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] bruxelês[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Bruxellois	Brusselian	1891376
Bucareste	**bucarestino**[PE,DAC,DE,VOP,VOLP] bucarestense[PE,DAC,DE,VOP,VOLP]	Bucarestois	Bucharester	1891531
Budapeste	**budapestino**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] budapestense[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Budapestois	Budapester	1891448
Copenhaga[22]	**copenhaguense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Copenhagois	Copenhagener	1891411
Dublim	**dublinense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Dublinois	Dubliner	1891450
Erevã	**erevanense**	Érévanais	Yerevantsi	1891364
Escópia	**escopiense**	Skopiote	Skopjan	1891487
Estocolmo[23]	**holmiense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Stockholmois	Stockholmer	1891538
Helsínquia	**helsinquiano**[DE,VOP,VOLP]	Helsinkien	Helsinkian	1891422
Lisboa	**lisboeta**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] lisboano[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] lisboês[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] lisbonense[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] lisbonês[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] lisbonino[PE,DP,DE,VOP,VOLP] olisiponense[PE,DP,DE,VOP,VOLP]	Lisbonnin Lisbonnais Lisboète	Lisboan	1891526
Liubliana	**liublianês**	Ljubljanais	Ljubljanan	1891541
Londres[24]	**londrino**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] londrês[PE,DE,VOP,VOLP]	Londonien	Londoner	1891429

[21] *Wikipedia*, «Ankaran», https://en.wikipedia.org/wiki/Ankara.
[22] Háfnia (la: Hafnia). Cf. **háfnio** (Hf), elemento químico, por homenagem a Copenhaga.
[23] Hólmia (la: Holmia). Cf. **hólmio** (Ho), elemento químico, por homenagem a Estocolmo.
[24] Londrinense, habitante de Londrina, cidade do Paraná, no Brasil.

Luxemburgo	**luxemburguês**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Luxembourgeois	Luxembourger	1891479
Madrid[(25)]	**madrileno**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] madrilenho[PE,DP,DE,VOLP] madrilense[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] madrilês[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] matritense[PE,DP,DE,VOLP]	Madrilène	Madrilenian	1891420
Mínseque	**minsequense**	Minskois	Minsker	1891389
Mónaco[(26)]	**monegasco**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Monégasque	Monegasque	1891483
Moscovo[(27)]	**moscovita**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] mosco[PE,DAC]	Moscovite	Muscovite	1891532
Nicósia	**nicosiano**	Nicosien	Nicosian	1891407
Oslo	**osloense**[VOP]	Oslovien	Oslovian	1891510
Paris	**parisiense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] parisiano[DP,DAC,VOP,VOLP] parisino[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Parisien	Parisian	1891427
Podgoriça	**podgoricense**	Podgoricien	of Podgorica[(28)]	2218483
Praga	**praguense**[PE,DP,VOLP]	Praguois	Praguer	3564961
Quíeve[(29)]	**quievita** (kievita[PE,DP]) quievense (kievense[VOLP])	Kiévien[(30)]	Kievan[(31)]	924714
Quixinau	**quixinauense**	Chisinovien	of Chisinau	1891484
Reiquiavique	**reiquiaviquense**[BTB]	Reykjavikois	Reykjaviker	1891455
Riga	**riguês**[VOLP]	Rigois	Rigan	1891480
Roma	**romano**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Romain	Roman	1891456
Saraievo	**saraievense**	Sarajévien	Sarajevan	1891373
São Marinho	**são-marinhense**[DP,DAC,DE,VOP] são-marinense[PE,DP,VOP,VOLP] samarinense[PE,DP,DE,VOP,VOLP]	Saint-Marinais	San Marinese	3563545
Sófia	**sofiano**[DG]	Sofiote	Sofian	1891378
Taline	**talinês**[VOLP]	Tallinnois	Tallinner	1891416
Tiblíssi	**tiblissense**	Tbilissien	Tbilisian	1891431
Tirana	**tiranense** tiranês[DG]	Tiranais	Tiron	1891363
Vaduz	**vaduziano**	Vaduzien	of Vaduz	1891474
Valeta	**valetino**	Valettin	Belti	1891496
Varsóvia	**varsoviano**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP]	Varsovien	Varsovian	1891522
Vaticano	**vaticano**[DE,VOP]	(32)	(33)	862742
Viena	**vienense**[PE,DP,DAC,DE,VOP,VOLP] vienês[PE,DA,DE,VOP,VOLP]	Viennois	Viennese	1891369
Vílnius[(34)]	**vilniano** vilnês[(35)]	Vilnois	Vilnian	1891478
Zagrebe	**zagrebino**[PE,DAC,DE,VOP,VOLP]	Zagrébois	Zagreber	1891446



[(25)] Matritis (la). Madri (Brasil). Cf. madridista, adepto do Real Madrid.
[(26)] O gentílico monegasco é um decalque do italiano *monegasco*.
[(27)] Moscou (Brasil), mas moscovita.
[(28)] Podgorician, *Wikipedia*, «Podgorica», https://en.wikipedia.org/wiki/Podgorica.
[(29)] O *Código de Redação Interinstitucional* regista Kiev, topónimo passível dos aportuguesamentos Quieve (mais próximo do russo) ou Quíeve (mais próximo do ucraniano).
[(30)] Kyïvien, *Wiktionnaire*, «kyïvien», https://fr.wiktionary.org/wiki/kyïvien.
[(31)] Kyivan, *Wikipedia*, «Kyiv», https://en.wikipedia.org/wiki/Kyiv.
[(32)] Vaticanais, *Wiktionnaire*, «Vaticanais», https://fr.wiktionary.org/wiki/Vaticanais.
[(33)] Vatican, *Wikipedia*, «Vatican», https://en.wikipedia.org/wiki/Vatican_City.
[(34)] Vilna (la: Vilna). O topónimo Vílnius deriva do nome do rio Vílnia.
[(35)] Cf. gentílicos das outras capitais dos designados Bálticos: talinês, riguês.Cf. es: *vilnés*.

a folha



Serviço das Publicações
da União Europeia